

DEMOCRACIA, A HERANÇA GREGA DE ATENAS NO PENSAMENTO POLÍTICO UNIVERSAL (SÓLON / CLÍSTENES / PÉRICLES)

DEMOCRACY, THE LEGACY OF ATHENS GREEK POLITICAL THOUGHT IN
UNIVERSAL (SOLON, CLEISTHENES, PERICLES)

José Felipe Quintanilha França

RESUMO

Atenas, cidade luz dos helenos, uma cidade relativamente pequena, em um período relativamente curto, sem bases sólidas para se apoiar, atingindo em seu apogeu apenas 250 mil habitantes, conseguiu criar institutos e destacar personagens que influenciam e regem a humanidade até os dias atuais, o que é espantoso para um povo praticamente semibárbaro. Não há como refutar o pensamento de que o ápice de desenvolvimento político e social da humanidade ocorreu em Atenas a partir de Sólon, Clístenes e na era de ouro conduzida por Péricles, a pelo menos dois mil e quinhentos anos atrás. Deste modo, pretende-se analisar o processo histórico de criação de cada instrumento democrático, e do surgimento da própria democracia como forma de governo, para que seja possível entender a motivação, a justificativa e o seu funcionamento, de maneira a melhor compreender e melhor aplicar estes conceitos, diante da tendência mundial de busca pela garantia das liberdades individuais e da participação popular nos assuntos públicos.

PALAVRAS-CHAVES: DEMOCRACIA; DESENVOLVIMENTO POLÍTICO; PARTICIPAÇÃO POPULAR; LIBERDADES INDIVIDUAIS; GRÉCIA ANTIGA; DEMOCRACIA ATENIENSE

ABSTRACT

Athens, birthplace of the Hellenes, a relatively small town, in a relatively short period, with no solid foundations to stand on, reaching at its peak, only 250 thousand inhabitants, has managed to create institutes and highlight characters that influence and rule mankind to today, which is amazing for an almost semi-barbaric people. There's no refuting that the pinnacle of political and social development of mankind took place in Athens with Solon, Cleisthenes and the golden era led by Pericles, at least two thousand five hundred years ago. Therefore, we intend to analyze the historical process of creating each democratic instrument, and the emergence of democracy itself as a form of government, to be able to understand its motivation, justification and functioning, in order to better understand and better apply these concepts, given the worldwide trend towards seeking the guarantee of individual freedoms and popular participation in public affairs.

KEYWORDS: DEMOCRACY, DEVELOPMENT POLICY, POPULAR PARTICIPATION; INDIVIDUAL FREEDOMS; ANCIENT GREECE; ATHENIAN DEMOCRACY.

1. Introdução

Pretende-se neste trabalho investigativo analisar o contexto político grego do final do período arcaico e início do período clássico, mais precisamente entre os séculos VI e V antes de Cristo na cidade-estado de Atenas, de maneira a destacar a principal herança grega no pensamento político universal, a democracia.

A cidade luz dos helenos, uma cidade relativamente pequena, em um período relativamente curto, sem bases sólidas para se apoiar, atingindo em seu apogeu[1] apenas 250 mil habitantes, conseguiu criar institutos e destacar personagens que influenciam e regem a humanidade até os dias atuais, o que é espantoso para um povo praticamente semibárbaro. (GLÜCK 2006)

Na Grécia como um todo, em especial em Atenas, ocorreu uma verdadeira explosão científica, cujo efeitos são sentidos nos dias atuais. Atenas representa o nascimento da filosofia e constitui praticamente o motor de toda manifestação cultural helênica e posterior base fundamental da época romana e, assim, de todo ocidente.

Especialmente no que tange a política, os conceitos criados em Atenas se tornaram paradigmas para o seu tempo e para o futuro. A forma de se organizar politicamente e, principalmente a forma de participação popular nos assuntos públicos são únicas e inovadoras em uma época em que a grande maioria da humanidade vivia sob a égide de déspotas tiranos.

Para corroborar a afirmação de que os atenienses influenciam a humanidade até os dias atuais, basta analisar dados estatísticos. De toda população mundial, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD[2], cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) da população mundial vive em um governo democrático, isto é, dos quase 7 (sete) bilhões de seres humanos, cerca de 4 (quatro) bilhões vivem o produto da criação grega, obviamente, com muitas adaptações, mas com o cerne preservado, a participação popular nos assuntos públicos.

Cumpra, por fim, enaltecer, que a busca pela garantia das liberdades individuais e participação popular é uma tendência extremamente forte no mundo, a julgar os exemplos ocorridos só em 2011.

Na Tunísia, um jovem diplomado desempregado suicida-se, ao ser-lhe confiscada pela polícia a banca de fruta que lhe garantia a sobrevivência, e em seguida desencadeia-se uma revolta popular contra o presidente tunisino que durante 23 (vinte e três) anos governava com mão de ferro o país, e que no dia 14 (quatorze) de janeiro de 2011 (dois mil e onze) abandona o país.

Algo semelhante acontece no Egito. Hosni Mubarak no dia 11 (onze) de fevereiro larga de vez o país depois de 18 (dezoito) dias de protesto. Multidões encheram a praça de Tahrir e forçaram a renúncia e fuga do ditador de três décadas de despotismo. Na origem, não um suicídio, mas jovens advogados, médicos e outros interligados pela internet e usando-a para as mobilizações populares. Desaba mais um império.

Num terceiro momento, chegou a vez da Líbia, outro exemplo ditatorial. No comando tirânico do país desde 1969 (mil novecentos e sessenta e nove), Muammar al-Gadafi tentou conter violenta e cruelmente os rebeldes que contagiavam todo o país. As pressões contra ele vieram de dentro e de todas as partes: grandes potências, ONU, União Europeia, inúmeros governos e instituições humanitárias, e resultaram no fim de sua tirania e sua morte por rebeldes.

Nota-se, diante do exposto, que se faz mister analisar o processo histórico de criação de cada instrumento democrático, e do surgimento da própria democracia como forma de governo, para que seja possível entender a motivação, a justificativa e o seu funcionamento, de maneira a melhor compreender e melhor aplicar estes conceitos.

2. Contextualização histórico-espacial

Cerca de quatro mil anos atrás, uma região excessivamente acidentada da Península Balcânica passou a abrigar vários povos de descendência indo-europeia[3]. Aqueus, eólios, jônios e dórios foram as primeiras populações a formarem cidades autônomas que viviam do desenvolvimento da economia agrícola e do comércio marítimo com as várias outras regiões do Mar Mediterrâneo. Estes povos eram os *Helenos* e este extremo meridional da península balcânica era a *Hélade* (Grécia), e chamava-se assim, devido a organização em clãs desses povos estar fundamentada na crença da descendência do herói *Heleno*, filho de *Deucalião e Pirra*, conforme mitologia grega.

Ao longo de sua trajetória, os helenos elaboraram práticas políticas, conceitos estéticos e outros preceitos que ainda se encontram vivos no interior das sociedades ocidentais contemporâneas. Para compreender esse rico legado, estabelece-se uma divisão fundamental do passado desse povo, entre os anos 2000 e 146 antes de Cristo, da seguinte maneira: Período Pré-Homérico, Período Homérico, Período Arcaico, Período Clássico e Período Helenístico.

No Período Pré-Homérico (XX – XII a.C.), tem-se o processo de ocupação da Grécia e a formação dos primeiros grandes centros urbanos da região. Nessa época, ascende a

civilização creto-micênica que se desenvolveu graças ao seu movimentado comércio marítimo. Ao fim dessa época, as invasões dóricas foram responsáveis pelo esfacelamento dessa civilização e o retorno às pequenas comunidades agrícolas subsistentes.

No Período Homérico (XI – VIII a.C.), as comunidades gentílicas[4] transformam-se nos mais importantes núcleos sociais e econômicos de toda a Grécia. Em cada geno, uma família desenvolvia atividades agrícolas de maneira coletiva e dividiam igualmente as riquezas oriundas de sua força de trabalho. Com o passar do tempo, as limitações das técnicas agrícolas e o incremento populacional ocasionou a dissolução dos genos.

Entre os séculos VIII e VI a.C., na Fase Arcaica da Grécia Antiga, os genos perderam espaço para uma pequena elite de proprietários de terra. Tendo poder sobre os terrenos mais férteis, as elites de cada região se organizaram em conglomerados demográficos e políticos cada vez maiores. É aqui que nasce as primeiras cidades-Estado da Grécia Antiga. Paralelamente, os gregos excluídos nesse processo de apropriação das terras passaram a ocupar outras regiões do Mediterrâneo.

No período Clássico, que vai do século V até o IV a.C., a autonomia política das várias cidades-Estado era visivelmente confrontada com o aparecimento de grandes conflitos. Inicialmente, os persas tentaram invadir o território grego ao dispor de um enorme exército. Contudo, a união militar das cidades-Estado possibilitou a vitória dos gregos. Logo depois, as próprias cidades da Grécia Antiga decidiram lutar entre si para saber quem imperaria na Península Balcânica. O desgaste causado por tantas guerras acabou fazendo de toda a Grécia um alvo fácil para qualquer nação militarmente preparada.

A partir do século IV a.C., os macedônios empreenderam as investidas militares que determinaram o fim da autonomia política dos gregos. Esses eventos marcaram o Período Helenístico, que termina no século II a.C., quando os romanos conquistam o território grego.

Diante desta contextualização, pode-se delimitar o campo de exploração do presente trabalho, que em termos territoriais restringe-se a cidade-Estado de Atenas, e em relação ao tempo figura exatamente entre o fim do Período Arcaico, mais precisamente a partir de 594 a.C., com a eleição de Sólon[5] para *Arconte* de Atenas, passando pela consolidação dos ideais deste sábio por meio de Clístenes[6], e o *Século de Péricles* (461 a 429 a.C.), onde ocorreu o grau máximo de desenvolvimento alcançado por Atenas e, por sua vez, pela cultura helênica em sua totalidade e, por isso, marca o início do Período Clássico. Em síntese, este trabalho compreende os anos de 594 a 429 a.C. da Cidade Luz dos Helenos, Atenas.

3. Protagonistas: Sólon / Clístenes / Péricles

A Monarquia foi a primeira forma de governo conhecida dos gregos. A polis era governada por um rei, chamado *Basileus*, com poderes de sumo-sacerdote, juiz e chefe militar, auxiliado por um conselho de anciãos, chamado *Areópago*.

Entre os séculos IX e VIII a.C., em toda Grécia Antiga a monarquia entrou em declínio, com a diminuição da autoridade real. O poder político acabou passando para o conselho de anciãos, constituídos pelos chefes das famílias aristocráticas, conservando o rei o poder religioso.

No final do século VIII a.C. o declínio se acentuou e a monarquia se deteriorou. Isto se deu, em grande parte, em função da concentração das terras nas mãos dos eupátridas[7], o que lhes garantiu maior poder.

Neste momento, cumpre fazer um pequeno adendo acerca do desenvolvimento político e econômico de Atenas. No final do Período Homérico, o crescimento populacional, a falta de terras produtivas e conseqüentemente de alimentos gerou conflitos violentos no interior dos genos, fazendo com que as terras fossem divididas conforme o grau de parentesco, ou seja, quanto mais próximo do patriarca, maior e melhor era a herança territorial. Os mais afastados ficaram sem terras, trabalhando como escravos, no artesanato ou na terra para os grandes proprietários. Surgiu então, a propriedade privada e a sociedade de classes na Grécia, e ao mesmo tempo, essas mudanças e novidades colaboraram fortemente para a crise da monarquia e conseqüente surgimento da oligarquia.

Em Atenas a monarquia foi substituída, então, pela oligarquia, chamada de *Arcontado*, que era constituído por nove arcontes eleitos pela aristocracia territorial e escravista, e estes dividiam, dentre outras, as funções principais na polis, que eram de administrador (*Epônimo*), chefe religioso (*Basileus*), chefe militar (*Polemarca*), e juiz (*Tesmoteta*).

Neste mesmo período, outras cidades-Estado gregas substituíram a monarquia pela tirania, onde um indivíduo passa a governar mediante a força e assume todos os poderes da polis. Este tirano não se submete às leis, ao contrário, se estabelece acima delas e das magistraturas.

Aqui já se observa uma grande diferença entre as cidades-Estado gregas. Enquanto em Atenas as crises que destruíram a monarquia levaram a adoção de um sistema de poder dividido entre classes, na grande maioria restante das cidades-Estado dessa mesma crise surgiu um governo igualmente concentrado nas mãos de um só indivíduo, só que desta vez baseado essencialmente na força e na ausência de limites legais. Cumpre destacar, que mesmo

Atenas, algum tempo depois das demais cidade-Estado, também vai experimentar a tirania, como se verá mais adiante.

Atenas vivia a oligarquia dos arcontes, e as leis eram consuetudinárias e aplicadas pelo conselho dos anciãos.

No início do século VII a.C. foi nomeado arconte Cilón, um ambicioso nobre ateniense. Genro do tirano da cidade-Estado de Megara, Teágenes, pensou que poderia aplicar o mesmo sistema político em sua cidade Atenas. Então, em 632 a.C. tentou um golpe, tomando a Acrópole com a ajuda de soldados de Megara e outros aristocratas atenienses. Outro arconte de Atenas, Mégacles, chefe da família Alcmeónidas, chamou às armas o povo ateniense, e opôs resistência maciça aos invasores. Cilón e seus companheiros tiveram que se render e foram massacrados no templo de Atenas, por ordem do próprio Mégacles. Ocorre, porém, que ao fazer isso Mégacles desprezou o caráter sagrado da Acrópole, e este sacrilégio lançou uma maldição sobre ele e sua família, que foram banidos de Atenas.

O golpe de estado de Cilón e o exílio de Mégacles geraram um enorme conflito social em Atenas, ao ponto dos aristocratas, em 621 a.C., nomearem Drácon como arconte e lhe concederem poderes extraordinários para por fim nesse conflito, bem como preparar um código de leis escritas (até então eram orais). Drácon elaborou um rígido código de leis baseado nas normas tradicionais arbitradas pelos juizes. Ele foi considerado o primeiro a fazer leis para os atenienses.

Em seu código, Drácon afirmava, essencialmente, a supremacia dos poderes públicos. Consagrava o direito de jurisdição do pai sobre o filho, mas suprimiu a vingança particular. Para os crimes graves, aqueles submetidos ao conselho dos anciãos, Areópago, as penas eram a morte ou o exílio. O código escrito por Drácon, contudo, não era uma constituição pois não contemplava os problemas econômicos e sociais, mas, por sua vez, deve-se a Drácon o começo de um importante princípio do Direito Penal: a diferença entre o homicídio involuntário, voluntário e legítima defesa.

Mesmo com as reformas de Drácon a tranquilidade não reinava em Atenas. A tensão social na polis, materializada pela revolta dos grupos sociais atenienses em contraposição aos eupátridas, demonstravam que problemas sociais aterrorizavam a oligarquia. Esses aristocratas, chamados eupátridas, que já possuíam as melhores terras, monopolizavam o poder e o sistema em voga, todo ele baseado na riqueza de seus integrantes, o que gerava uma revolta sem precedentes, com frequentes lutas políticas, já que os cidadãos eram privados de qualquer direito, tornando-se devedores dos eupátridas, e muitos acabavam como escravos

por não quitar as exorbitantes dívidas. Em outras palavras, a exploração desenfreada dos eupátridas gerou um desequilíbrio social que era uma verdadeira doença[8].

Este cenário marcado pela instabilidade social ganha força nas cidades gregas e, em consequência, provoca um forte sentimento de contestação à hegemonia aristocrática sobre os demais segmentos da sociedade, o que possibilita, nesse âmbito, uma valorização ética da coletividade em oposição aos ideais individualistas, relevantes para a construção do poder aristocrático e para a legitimação da superioridade dos nobres em detrimento das outras camadas da sociedade.

Passa-se a associar o bem-estar da sociedade à rejeição das ações individualistas, priorizando-se, assim, o benefício de toda a coletividade em relação aos interesses da aristocracia, que ainda tentava deter a preponderância política, militar e econômica.

A negação à hegemonia aristocrática na sociedade é, por sua vez, fruto de consideráveis transformações sociais, das quais uma ocorre na estrutura militar, provavelmente em fins do século VIII e inícios do VII a. C, com a adoção da falange hoplítica no campo de batalha. Este novo método de combate propiciou a indivíduos não pertencentes à aristocracia defender a pátria na guerra, desde que tivessem condições de adquirir os equipamentos de que se utilizava o hoplita.

A abertura do exército a homens não nobres põe fim ao monopólio dos aristocratas no campo militar, e, conseqüentemente, a participação na defesa da cidade permite aos primeiros exigir melhores condições de vida e participação política, já que, doravante, desenvolvem a consciência de que a segurança da cidade é de responsabilidade de todos os cidadãos.

Portanto, a nova técnica militar propiciou ao cidadão-soldado compreender que o destino da cidade não dependia mais de uma rica aristocracia, mas sim do esforço coletivo de seu exército hoplítico, no interior do qual todos os membros tinham vital importância, pois de cada um deles dependia toda a formação, ou seja, a perda de um indivíduo acarretava o desequilíbrio da falange.

Assim como a evolução das técnicas de combate proporcionou uma atitude crítica da sociedade em face do individualismo aristocrático, uma outra transformação social típica de diversas polis gregas do século VII a.C. parece ter tido considerável importância para a formação de uma resistência aos privilégios das famílias aristocráticas, o enriquecimento de indivíduos não nobres.

Acredita-se que a mudança socioeconômica tenha ocorrido em virtude da intensificação do comércio, ocasionada pelo fenômeno da colonização e do desenvolvimento

produtivo, que, em médio prazo, provocou modificações na estrutura social das cidades-Estado, posto que o espírito empreendedor de cidadãos envolvidos com o comércio ocasionou o surgimento dos chamados plutocratas, indivíduos que por meio das atividades comerciais obtinham fortuna.

Desse modo, devido ao enriquecimento de indivíduos não aristocratas, a riqueza deixa de ser vista como um atributo exclusivo do nobre, o qual tinha como alguns de seus traços distintivos, em comparação com os demais membros da sociedade, a origem nobre e a posse de riqueza, tradicionalmente ligados ao luxo excessivo.

A partir do momento em que homens não oriundos da aristocracia começam a concentrar riquezas, ocorre uma grande transformação social em diversas polis, pois a obtenção de fortuna facultada aos novos ricos pleitear o direito à participação política.

Diante da crise acentuada, com o apoio dos não eupátridas, comerciantes e artesãos ricos, foi nomeado arconte Sólon, um grande estadista ateniense com reconhecida capacidade de dirimir as questões e pendências de modo sábio e satisfatório.

3.1 - Sólon

O primeiro protagonista deste trabalho era aristocrata de nascimento, isto é, era de berço nobre, tendo sua família empobrecido depois, forçando-o a dedicar-se no início da vida adulta ao comércio, profissão considerada menos e vil entre a sociedade grega, mas que o fez reconstituir-se economicamente e viajar muito.

Após anos viajando, Sólon retorna e encontra Atenas enfraquecida diante das demais cidades-Estado, ao ponto de praticamente deixar que sua vizinha Megara lhe tomasse parte de seu território, a ilha de Salamina, o que o fez incitar o povo a reagir e reconquistar o território invadido, enaltecendo que tal atitude definitivamente não foi nada fácil, pois nesta ocasião havia uma determinação da oligarquia para que nenhum ateniense falasse mais em Salamina, e Sólon teve que elaborar um minucioso estratagema para conseguir discursar na Acrópole e, por meio de seus cânticos patrióticos inculcar em seus compatriotas a necessidade de recuperar o pedaço que foi tirado de Atenas.

Com o enorme prestígio por liderar atenienses em batalhas bem sucedidas e fazer surgir um período de prosperidade e ascensão diante das demais cidades-Estados, Sólon é nomeado arconte e lhe é concedido poder absoluto para fazer as reformas que entendesse necessárias para por fim aos problemas sociais de Atenas.

Assim, diante do panorama político-social desastroso, com uma Atenas submersa em um verdadeiro caos social, Sólon adotou, então, as medidas que considerava como as mais necessárias.

Buscando resgatar a estabilidade econômica, reduziu os juros, diminuiu o valor das moedas de prata, suprimiu as hipotecas que pesavam sobre as terras e proibiu a escravidão por endividamento, por meio da chamada lei Seixatéia.

Assumindo a responsabilidade de redigir uma nova constituição, Sólon suprimiu os privilégios da nobreza, chamou todos os cidadãos ao exercício dos direitos cívicos, proporcionalmente à sua fortuna, e aboliu as leis de Drácon, célebres pelo rigor das penalidades, com exceção das que se referiam ao assassinato.

Segundo o censo, rendimento anual, dividiu os atenienses em quatro classes, cujos direitos eram proporcionais às obrigações. Fixou um limite para a extensão da propriedade de cada cidadão e aumentou os poderes do Areópago. (DANNEMANN 2008)

Imprimiu em Atenas verdadeiros mecanismos democráticos[9], como o boulé, órgão deliberativo e representativo, também chamado de conselho dos quatrocentos, que posteriormente passaria para quinhentos, cujos membros foram escolhidos nas três primeiras classes atenienses, conforme sua divisão censitária; paralelamente constituiu a Eclésia, a assembléia popular com faculdades constituintes, legislativa, eleitoral e que significava a última instância judicial[10]; regulou o papel dos diferentes tribunais, que eram presididos pelos demais arcontes (eram nove, no total), instituindo, além disso, um grande tribunal popular, o *Helieu*, ou Tribunal de Heliáia, que julgava a maior parte dos processos criminais e desempenhava o papel de tribunal de apelação nos assuntos cívicos. (GLÜCK 2006)

Depois de promulgada a sua constituição, Sólon quis deixá-la funcionar livremente e por isso afastou-se do cargo, após haver conseguido que os seus concidadãos, conforme a tradição, declarassem sob juramento que respeitariam as leis por ele estabelecidas. Em seguida viajou para Chipre, Ásia Interior e Egito, e quando retornou tornou-se uma figura extremamente popular, sempre ligada à constituição. Seus decretos eram veiculados em brilhantes poemas, verdadeiros documentos históricos, dos quais restam poucos fragmentos. Guiava-se pelo interesse coletivo onde a religião e a moral mostravam-se no respeito a cada homem e pela lealdade para com o estado. (DANNEMANN 2008)

Lamentavelmente as bases fundamentais de um sistema governo participativo instauradas por Sólon não duraram muito tempo. Por volta de 560 a.C. elege-se arconte Pisístrato, que pertencia a aristocracia e, que mediante um ataque simulado, entra ferido na ágora de Atenas afirmando que os causadores de suas feridas foram seus inimigos,

convencendo, assim, o povo a conceder-lhe uma guarda pessoal, mesmo com o conselho contrário de Sólon, que já com idade extremamente avançada percebia o mal que rondava Atenas. Com essa guarda pessoal, Pisístrato conquista a Acrópole e se converte em tirano. (GLÜCK 2006)

Pisístrato em pouco tempo foi derrubado, porém, alguns anos depois novamente conquistou a Acrópole e restituiu sua tirania, que durou até sua morte, aproximadamente dezenove anos depois.

Este tirano tinha a apoio de parte da aristocracia ateniense e da população desfavorecida do meio urbano e camponês, o que o fez permanecer por tanto tempo no poder.

Pisístrato tomou uma série de medidas na agricultura, comércio e indústria que em muito contribuíram para a prosperidade de Atenas, até então uma cidade de pouca importância quando comparada com as outras cidades-Estado como Mileto e Éfeso.

As leis e as formas moderadas da constituição de Sólon seriam preservadas. Assim, os mecanismos de participação criados por Sólon (eclesia, boulê e tribunais da heliaia) mantiveram-se em funcionamento, porém, como era de se esperar, os cargos destes órgãos foram ocupados por simpatizantes de Pisístrato.

Como era habitual nos tiranos, Pisístrato procura proteger as classes desfavorecidas que o conduziram ao poder, isentando os mais pobres do pagamento de impostos. A estes concede igualmente empréstimos e terras. Pisístrato incentivou o cultivo da oliveira, que fornecia o azeite, uma das principais exportações de Atenas.

Pisístrato foi sucedido pelos seus filhos, Hípias e Hiparco, menos capacitados que seu Pai, e que por isso não governaram com a moderação e sabedoria dele. Hípias foi um opressor vingativo e, após sua morte assume Hiparco que ao endurecer ainda mais o governo, faz renascer a oposição à tirania, e essa oposição, ou revolta popular, que foi liderada por Clístenes, por volta de 510 a.C., livra Atenas da tirania. (GLÜCK 2006)

3.2 – Clístenes

Em uma época em que a aristocracia ansiava por reverter as reformas políticas impostas por Sólon. Depois da luta pelo poder que se seguiu à queda da tirania, a assembléia popular de Atenas entregou a Clístenes o governo da cidade.

Clístenes, embora membro da aristocracia, liderou a revolta popular contra a tirania e levou adiante a obra de Sólon e, por isso, é considerado pai, ou um dos pais^[11], da democracia.

Cumprir destacar, que Clístenes era filho de Mégacles da família Alcmeónidas, que em 632 a.C. como arconte de Atenas chamou o povo às armas e impediu a instauração da tirania almejada pelo golpe de Cílón, o que demonstra, que apesar de aristocratas, sua índole familiar era contra a concentração do poder nas mãos de um único homem baseado na força e repressão.

Assim, na mesma linha de Sólon, introduziu reformas democráticas baseadas na isonomia, princípio pelo qual todos os cidadãos tinham os mesmos direitos, independentemente da situação econômica ou classe social.

Alterou a organização social, que de quatro classes, dividiu a população ateniense em dez, misturando homens de diferentes origens e condições. Cada uma delas era integrada por habitantes das três áreas, denominadas *trítias*, em que a cidade ficou dividida. As *trítias*, por sua vez, se subdividiam em *demos*, numa estrutura que pretendia diluir a influência local das famílias poderosas, abolir o caráter tribal da sociedade ateniense e imprimir-lhe características de cidade.

Elevou para 500 os membros do boulé, com cinquenta representantes de cada classe, escolhidos pelos *demos* em número proporcional à população de cada um deles.

Introduziu a execução dos condenados à morte por envenenamento com ingestão de cicuta e a pena do ostracismo, cassação de direitos políticos daqueles que ameaçassem a democracia ateniense, com o exílio destes personagens por um prazo de até dez anos, sem que perdessem sua cidadania e suas propriedades.

A participação direta dos cidadãos[12] em assuntos públicos se desenvolvia na Eclésia, que se reunia a cada dez dias na colina do Pnix, ao invés da Ágora com era no período arcaico, onde se votavam as leis, a paz, a guerra, bem como se supervisionava a obra dos arcontes. O boulé tinha funcionamento diário. Os arcontes, por sua vez, que tinha um mandato de dez anos quando do surgimento da oligarquia, passaram a ser eleitos anualmente pelos cidadãos.

Com todas essas reformas, chega-se ao ápice de reflexão da vida institucional de Atenas. A primeira e mais importante democracia do mundo antigo acabara de nascer e, a partir de então, a cidade começa a se converter na maior potência político-econômica de toda Grécia. (GLÜCK 2006)

As ideias inspiraram a definição de democracia seguida por reformadores de todos os tempos, tais como o princípio da igualdade como direito de todos e a participação ativa de todos os cidadãos na vida pública.

3.3 – Péricles

O grau máximo de desenvolvimento alcançado por Atenas, e por sua vez pela cultura helênica em sua totalidade, foi no século de Péricles[13]. Este estrategista[14] contribuiu demais com suas reformas para formação do poderio imperial ateniense. Atenas se converteu na escola da Grécia, com prestígio intelectual e artístico que ultrapassava a Hélade.

Desenvolveu pessoalmente os planos do Partenon, assim como iniciou um ambicioso projeto de construções de grandes estruturas na Acrópole de Atenas, projeto este que não só serviu para embelezar a cidade e exibir a sua glória, como também para dar emprego a população.

Teve uma influência tão profunda na sociedade ateniense, que foi considerado o primeiro cidadão de Atenas, conforme elucidam os textos do historiador contemporâneo Tucídides[15]. Alcançou o florescimento da filosofia e da história, constituindo seu governo na considerada por todos historiadores *Era de Ouro de Atenas*.

Assim como Clístenes, Péricles também era descendente da família Alcmeônidas por parte de sua mãe, Agarista, que era sobrinha do grande reformista ateniense. Durante toda sua infância e adolescência, preferiu dedicar seu tempo aos estudos e poucas vezes aparecia em público, apreciando a companhia dos filósofos, como Anaxágoras, que muito o influenciou.

Quando adulto, se vinculou ao partido democrático, tendo como mentor Efialtes, líder do partido, e participou ativamente do processo de mitigação dos poderes do Areópago, que era controlado pelos aristocratas. Essa proposta foi aceita pela Assembleia, e deu início a era de uma democracia radical.[16]

Buscando cativar o povo, Péricles conseguiu a permissão para permitir aos pobres assistir gratuitamente peças teatrais, subsidiada as entradas pelo Estado. Em seguida conseguiu abaixar a exigência de propriedade necessária para a eleição de arconte, e concedeu salários generosos para os cidadãos que serviam ao Tribunal de Heliaia.

Procurou pôr em prática leis que concediam às classes mais baixas acesso ao sistema político e aos cargos públicos, dos quais eram barrados anteriormente devido aos seus recursos limitados ou origens humildes.

Com a morte de Efialtes[17], em 461 a.C., Péricles se consolidou líder do partido democrático e soberano de Atenas, onde permaneceu quase que ininterruptamente até a sua morte em 429 a.C. Cumpre destacar que o único cargo público ocupado por Péricles foi o de generalato, e mesmo assim era o soberano de fato de Atenas.

Em 431 a.C. inicia-se a Guerra do Peloponeso, conflito armado entre Atenas e Esparta, que surge do crescimento do poderio ateniense e o temor que despertava entre os espartanos.

É fato que atenienses e espartanos nunca se relacionaram muito bem. A tensão entre as duas cidade-Estado mais importantes do império grego, há muito existia. Mesmo durante as Guerras Médicas, onde lutaram juntos para coibir a invasão persa, e lograram êxito, sempre existiu uma grande disputa pela hegemonia grega. Durante anos e anos, vários foram os acordos de paz para grandes tréguas que de tempo em tempo quase se transformavam em conflito direto.

Os avanços de Sólon e Clístenes e a consolidação da hegemonia grega com Péricles e o início da era de ouro de Atenas proferiram a sentença de morte da paz no império grego. Percebendo isso, Péricles acumulou uma notável reserva financeira para suportar um conflito em larga escala que estava por vir.

Em 445 a.C. ainda foi estabelecido um acordo de paz que deveria durar trinta anos, porém, como era de se esperar, não durou muito tempo.

Próximo ao ano de 431 a.C., Péricles propôs um decreto que previa o banimento dos comerciantes de Megara do mercado de Atenas e dos portos sobre seu domínio. Como uma espécie de embargo comercial, como nos dias de hoje, Atenas causou o sufocamento da economia de Megara, e isso decretou o fim da paz grega, uma vez que Megara era aliada de Esparta[18].

A justificativa dos atenienses era de que os mégaros haviam utilizado para a agricultura as terras sacras, consagradas a Deméter[19], e haviam acolhido escravos fugidos, um comportamento considerado ímpio pelos atenienses.

Após consultar seus aliados, Esparta enviou uma delegação a Atenas exigindo algumas concessões, como a expulsão imediata da família Alcmeônida, incluindo Péricles, e a revogação do Decreto Megaro, ameaçando declarar guerra caso suas exigências não fossem aceitas. Obviamente, a intenção destas propostas era instigar um confronto entre Péricles e o povo ateniense. Na ocasião, no entanto, os atenienses acataram, sem hesitação, a posição de Péricles, que aconselhou os atenienses a não cederem às exigências de seus adversários, já que eram mais fortes, militarmente. Péricles não estava preparado para fazer concessões unilaterais, acreditando que se Atenas ceder naquele ponto, Esparta seguramente apresentaria novas exigências.

Como consequência, Péricles pediu aos espartanos que lhes oferecessem um *quid pro quo*[20]. Em troca pela revogação do decreto, os atenienses exigiam que Esparta

abandonassem a prática da expulsão periódica dos estrangeiros de seu território (*xenelasia*), e que reconhecessem a autonomia de suas cidades aliadas, um pedido que simbolizava que a hegemonia de Esparta também era tirânica. Os termos foram rejeitados pelos espartanos, e, como nenhum dos lados cedia, ambos se prepararam para a guerra[21].

Em 431 a.C., à medida que a paz já era precária, Arquídamo II, rei de Esparta, enviou uma nova delegação para Atenas, exigindo que os atenienses cedessem às exigências espartanas. A delegação, no entanto, não recebeu permissão para entrar em Atenas, já que Péricles havia passado um decreto segundo o qual nenhum enviado de Esparta seria bem-vindo caso os espartanos tivessem iniciado anteriormente quaisquer ações militares. O exército espartano se encontrava, naquele momento, estacionado em Corinto, e, utilizando este pretexto como uma 'ação hostil', os atenienses recusaram-se a receber os emissários.

Com o fracasso desta última tentativa de negociação, Arquídamo invadiu a Ática, que encontrou praticamente deserta. Péricles, consciente de que a estratégia de Esparta seria invadir e destruir o território em torno de Atenas, havia convocado a evacuação da população local para dentro dos muros de Atenas[22].

Ao verem a invasão de suas terras, os atenienses se enfureceram, e logo passaram a expressar, indiretamente, seu descontentamento com relação a Péricles, que muitos consideravam ser o responsável por levá-los à guerra. Mesmo diante de uma crescente pressão, Péricles não cedeu diante da exigência de uma ação imediata contra o inimigo, nem voltou atrás em sua estratégia inicial. Também evitou convocar reuniões da eclésia, temendo que a população, enfurecida com a falta de resistência à destruição de suas terras, pudesse decidir de maneira impensada enfrentar o extravagante exército espartano no campo de batalha.

À medida que as reuniões da assembleia passaram a ser convocadas pelos seus presidentes rotativos, Péricles perdeu o controle formal sobre as suas datas, no entanto, o respeito que os indivíduos que ocupavam estes cargos tinham por ele, aparentemente, foi suficiente para persuadi-los a agir como ele desejava.

Enquanto o exército espartano continuava na Ática, Péricles enviou uma frota de cem navios para saquear o litoral do Peloponeso, despachando a cavalaria para defender as fazendas próximas às muralhas da cidade. Quando o inimigo abandonou o território, pondo um fim à invasão da Ática, Péricles propôs um decreto segundo o qual as autoridades da cidade deveriam reservar mil talentos e cem navios, caso Atenas fosse atacada por forças navais. De acordo com uma das medidas mais duras do decreto, a simples proposta de uma

utilização diferente do dinheiro ou dos navios poderia render a seu proponente a pena de morte.

Durante o outono de 431 a.C. Péricles liderou as forças atenienses que invadiram Megara, e, poucos meses mais tarde, no inverno de 431-430 a.C., fez a sua monumental e emocionada “Oração Fúnebre”, homenageando os atenienses que haviam dado sua vida pela cidade, e demonstrando todo o orgulho de seu sistema de governo, porque segundo ele, tratava-se de democracia porque a administração do Estado não pertencia a uns poucos senão a muitos, e cada ateniense tinha sua parcela de obrigação e responsabilidade de procurar o bem e honrar o Estado.

Segundo Péricles, a grandeza de Atenas se devia a liberdade, a igualdade e a fraternidade, princípios que embasariam a revolução francesa mais de dois mil anos depois, corroborando seu memorável discurso de que Atenas não imitava, ela era imitada. (GLÜCK 2006)

Em 430 a.C. o exército espartano saqueou a Ática pela segunda vez, porém Péricles não se intimidou, e ainda assim recusou-se a recuar de sua estratégia inicial. Evitando confrontar diretamente o exército espartano em combate, liderou novamente uma expedição naval para saquear a costa peloponésica, desta vez levando consigo cem navios atenienses.

No verão daquele mesmo ano, uma epidemia devastou a população ateniense. A identidade exata da doença é incerta, e desde então tem sido alvo de muita discussão. De qualquer maneira, a condição de penúria da cidade, provocada pela epidemia, desencadeou uma nova onda de revolta entre a população, e Péricles foi obrigado a se defender num discurso final emocionado, do qual uma versão é apresentada por Tucídides. Este texto é considerado uma oração monumental, que revela as virtudes de Péricles, e também sua amargura com a ingratidão de seus compatriotas.

Inicialmente foi bem sucedido em dominar o ressentimento da população e passar pela tempestade, porém, o golpe final de seus inimigos internos acabou por obter êxito, e Péricles foi removido do cargo de general e multado.

Apesar de tudo, em pouco menos de um ano (429 a.C.), os atenienses não apenas perdoaram Péricles como também o reelegeram general, e ele liderou todas as suas operações militares durante aquele ano, assumindo novamente o controle do poder na cidade. Ainda no mesmo ano, no entanto, Péricles sofreria um duro golpe com a morte de seus dois filhos legítimos, Páralo e Xantipo, vítimas da epidemia. Com sua moral em frangalhos, Péricles não conseguia mais comandar Atenas, nem fazer seus discursos inflamados. No outono deste mesmo ano, vitimado pela mesma doença que causara a morte de seu filho, a chamada *Peste*

do Egito[23], assim como um terço da população ateniense, Péricles veio a falecer. Todas essas mortes e, principalmente a de Péricles afetaram a moral de todos atenienses, e causaram várias rebeliões.

Péricles viveu durante os primeiros dois anos e meio da Guerra do Peloponeso e sua morte teria sido um desastre para Atenas, na medida em que seus sucessores foram muito inferiores a ele, preferindo incitar todos os maus hábitos da multidão furiosa, e seguindo políticas instáveis, procurando mais aquilo que era popular do que o que realmente era útil[24].

4. Instrumentos Democráticos

A democracia ateniense se materializou por meio de instrumentos de participação popular, que garantiam ao povo a participação direta nos assuntos públicos. São eles: Eclésia, Boulé e Heliaia.

4.1 – Eclésia

Criada por Sólon, era uma assembléia do povo[25] com faculdades constituintes, legislativa, eleitoral e que significava a última instância judicial.

A eclésia era o ápice de participação popular nos assuntos públicos, pois dava a cada cidadão o direito de participar da assembléia e, principalmente, de debater e fazer-se ouvir para os resto dos cidadãos. Sólon criou o primeiro e mais importante mecanismo democrático ateniense.

Péricles ao pronunciar a célebre oração fúnebre ao epitáfio dos guerreiros atenienses mortos durante o primeiro ano da Guerra do Peloponeso, afirmou categoricamente que cada ateniense, de qualquer condição que fosse, se tivesse algum conhecimento da virtude, estava compelido a participar dos negócios públicos, ficando mal vistos aqueles que se desinteressavam da condução da cidade, e o mecanismo pelo qual cada ateniense poderia cumprir com essa obrigação de participar dos assuntos públicos era a eclésia.

No período arcaico, a eclésia se reunia na Ágora de Atenas. Já no período clássico, era no Pnyx[26] que se reuniam os cidadãos atenienses, sendo certo que no século IV a.C. demandava-se um quórum de 6000 cidadãos para votar temas importantes.

A eclésia no início reunia-se uma vez por mês, depois passou a ser chamada pelo menos quatro vezes por mês, para discutir temas importantes colocados pela boulé. O primeiro encontro da assembléia em cada quatro era chamado de "soberano". Nessa

assembléia soberana eram discutidos temas vitais como o suprimento de grãos e a defesa nacional. A permanência dos oficiais nos cargos também era decisão da eclesia, que em muitos casos votava para escolher seus oficiais.

A tomada de decisões pela eclesia era precedida da leitura de uma "agenda" de itens selecionados a serem discutidos (apenas uma sugestão, que poderia ser modificada pelos cidadãos), por um representante da boulé. Quando apresentado o primeiro item, perguntava-se quem desejava falar/deliberar sobre o tema em questão. Era comum que a boulé fosse a primeira a apresentar propostas para o problema, embora muitas vezes ela não se pronunciasse. Os mais frequentes oradores eram conhecidos como *hoi politeuomenoi* (os políticos). Os oradores poderiam, dependendo de seus discursos, serem punidos com o ostracismo. A eclesia, por sua vez, também era uma oportunidade para alguns oficiais, que por meio do dom da oratória, poderiam adquirir significativa proeminência política conduzindo o povo na trilha de seus interesses. Péricles, por exemplo, obteve profunda influência sobre a assembléia dos cidadãos. A palavra demagogo, que literalmente significa líder do povo, foi usada pelo dramaturgo grego Aristófanes para caracterizar depreciativamente essa espécie de líderes[27].

Após a apresentação de pareceres pelos cidadãos que se voluntariassem para tal, era feita uma votação com o erguimento das mãos. Uma série de tomada de decisões na eclesia, geralmente, poderia levar de duas a quatro horas de duração.

4.2 – Boulé

Era uma assembleia restrita de cidadãos encarregados de deliberar sobre os assuntos correntes da cidade.

Foi criada por Sólon com o objetivo de preparar e organizar os trabalhos da eclesia, era constituída por 400 (quatrocentos) membros (por isso também é chamado de Conselho dos Quatrocentos). Os denominados *bouletas*, eram escolhidos anualmente por sorteio entre os homens livres com mais de 30 anos de idade, dos quais 100 (cem) eram oriundos de cada uma das classes censitárias atenienses, conforme divisão feita pelo próprio Sólon.

Clístenes aumentou a assembleia para 500 (quinhentos) membros, democratizando-a e atribuindo-lhe um carácter executivo. Com estas reformas, Clístenes converteu a boulé de Atenas na base do seu famoso sistema político. A partir de então, esta assembléia assumiu as funções de verdadeiro órgão de governo da democracia, exercendo funções deliberativas, administrativas e judiciais.

Para facilitar a ordem dos trabalhos, a boulé era dividida em 10 comissões, chamadas *pritanias*, cada uma delas composta por 50 membros.

Os membros da boulé deviam submeter-se a um rigoroso exame sobre sua idoneidade, estavam isentos do serviço militar, ocupavam um lugar especial nos teatros e tinham o direito de ser julgados pelos seus pares.

O principal papel da boulé era recolher as propostas de lei feitas pelos cidadãos, estudá-las e estabelecer a ordem do dia das sessões da eclésia, que deveria convocar. Não havia concorrência de funções entre a boulé e a eclésia, pois cada uma das instituições tinha poderes e objetivos bem definidos.

As comissões da boulé (*pritanias*) tinham uma presidência rotativa, a *prítania*, com a duração de um mês ateniense, que era sucessivamente assegurada pelos *bouleutas* de uma tribo. O mandato do *bouleuta* era anual, e o ano ateniense constava de 10 meses, pelo que todos os *bouleutas* chegavam a ser *prítano* pelo menos uma vez.

Entre os *prítanos* sorteava-se diariamente um presidente do boulé, o epístata. Este era responsável pela boa condução das sessões da boulé e da eclésia. No caso de promulgação ou de discussão de um decreto contrário às leis da cidade sob a sua curta presidência, podia ser condenado a uma grave sanção.

Na prática os projetos normativos eram formulados pelos *bouleutas* que os transmitiam para os *prítanos* em exercício, estes discutiam entre eles, e depois novamente em conjunto dos *bouleutas*, decidia-se pela oportunidade de convocar uma sessão da eclésia onde estes os projetos fossem incluídos na ordem do dia.

A boulé também era encarregada de verificar se as leis e decretos promulgados pela eclésia, que eram em geral oriundos dos projetos enviados pela própria boulé, com eventuais emendas e adições, não atentavam contra as leis fundamentais da cidade. Apesar disso, a boulé não podia exercer poder de bloqueio, apenas assinalava à própria eclésia e aos arcontes, mas mesmo assim, deveria providenciar sua execução e colocação na ágora de todos os decretos pela assembleia, permanecendo a eclésia soberana em suas decisões, funcionando sempre com órgão de última instância.

A boulé exercia outra importante função, conduzir o processo de prestação de contas dos magistrados, ou seja do controle do seu trabalho no final do mandato, e do controle preliminar dos novos *bouleutas* que assumiam funções.

Ao longo dos séculos, a boulé recebeu novas atribuições, em particular as de acusação pública, especialmente nos processos de *graphè para nomon* e de *eisangelia*[28]. Por esta via, a boulé detinha uma pequena, mas importante, parte do poder judicial.

Após a conquista de toda Grécia por Filipe II da Macedónia, as cidades perderam a sua independência, mas mantiveram uma certa autonomia. Assim, em Atenas, a *boulé* foi a única instituição da cidade que foi mantida, assumindo o papel de um conselho municipal. Os *bouleutas* deixaram de ser escolhidos por sorteio ou eleição, para passarem a ser selecionados entre os cidadãos mais ricos. Eram responsáveis pelas finanças da cidade e pela coleta dos impostos devidos ao rei, e depois, durante a dominação romana, ao imperador. Estes cidadãos tiveram de assumir as liturgias da cidade, assegurando o conforto e a diversão dos seus concidadãos, sendo recompensados e honrados com inscrições e estátuas.

4.3 – Heliaia

Outra criação de Sólon, o Tribunal de Heliaia era o tribunal popular que julgava todas as causas, tanto públicas como privadas, à exceção dos crimes de sangue que ficavam sob a alçada do areópago. Os membros da heliaia, denominados helialistas, eram sorteados anualmente dentre os atenienses. O número total era de seis mil e, para julgar diferentes causas, eram sorteados novamente para evitar fraudes. O número de heliastas atuando como júri em um processo variava, mas atingia algumas centenas. Para permitir que o cidadão comum pudesse participar como heliasta sem prejuízo de suas atividades, recebiam um salário por dia de sessão de trabalho[29].

As sessões de trabalho para julgar os casos apresentados eram chamadas dikasterias, e as pessoas que compunham o júri eram referidas como dikastas em vez de heliastas. Os dikastas eram apenas cidadãos exercendo um serviço público oficial, e sua função se aproximava mais da de um jurado moderno. A decisão final do julgamento era dada por votação secreta, refletindo a vontade da maioria.

A apresentação do caso era feita por discurso contínuo de cada um dos litigantes, interrompido somente para a apresentação de evidências de suporte, e era dirigido aos dikastas, cujo número poderia variar em algumas centenas, por exemplo 201 ou 501, por julgamento, e o número total era sempre ímpar para evitar empate. A votação era feita imediatamente após a apresentação dos litigantes, sem deliberação. Não havia Juiz, como no dias atuais, um arconte presidia o julgamento, mas não interferia no processo.

Os litigantes dirigiam-se diretamente aos jurados através de um discurso, sendo algumas vezes suportados por amigos e parentes que apareciam como testemunhas. O julgamento resumia-se a um exercício de retórica e persuasão. Cabia ao litigante convencer a maior parte de jurados e para isso valia-se de todos os truques possíveis. O mais comum, e que passou a ser uma das grandes características do direito grego, foi o uso de logógrafos[30],

que, embrionariamente, assemelhavam-se aos advogados.

Apesar de ser exigido por lei que os litigantes apresentassem seus próprios casos aos jurados, era difícil cumprir essa lei, que aos poucos foi transformando-se em lei morta. O júri regularmente permitia que um parente, ou associado, auxiliasse um litigante. Alguns litigantes faziam uma breve introdução e solicitavam que um amigo o representasse.

Os logógrafos escreviam para seus clientes um discurso que este último deveria recitar como se fosse de sua autoria. Eles suprimiam sua própria personalidade e escreviam um discurso que parecesse o mais natural possível para o litigante cliente e desse a impressão de ser extemporâneo.

Por fim, vê-se, que mesmo tendo a administração da justiça nas mãos do povo, ao contrário do que se tem na sociedade moderna, onde a administração é incumbida a profissionais especializados (juízes) os gregos antigos, não só tiveram um direito evoluído, como influenciaram o direito romano e alguns dos modernos conceitos e práticas jurídicas, tais como o júri popular, a figura do advogado, ainda que embrionariamente, a diferenciação de homicídio voluntário, involuntário e legítima defesa, a mediação e a arbitragem, a gradação das penas de acordo com a gravidade dos delitos, entre outros.

5. A democracia ateniense

Atenas, a partir de Sólon, de maneira inovadora e ímpar, passou a escutar o povo nos processos decisórios do Estado. Com Clístenes a participação popular nas decisões estatais se consolidou, e a democracia desabrochou. Péricles herda este sistema de governo popular e participativo, onde o povo decidia o rumo do Estado, e faz Atenas viver sua *Era de Ouro*[31].

Conforme já exposto no capítulo três, a democracia ateniense surge após experiências mal sucedidas de monarquia, oligarquia e até certo ponto de tirania, ainda que tentada.

Para alguns historiadores, os gregos de um modo geral, que experimentaram primeiramente a monarquia como forma de governo, passaram por uma transição que resultou na democracia, da seguinte maneira: Com o passar dos anos e o enriquecimento das famílias aristocráticas, ocorreu uma diminuição da autoridade real, que passou o poder político para um conselho, conservando apenas o poder religioso, e em seguida o que antes era monarquia passou a uma oligarquia; gradativamente surgiu uma outra classe que enriqueceu rapidamente com a expansão da cidade, que eram os comerciantes e produtores, que se organizaram, adquiriram poder político, uma vez que a sociedade baseava-se no poder aquisitivo, e por

meio da revolução, mediante a força, conduziram um chefe a assumir todos os poderes da polis, inaugurando a tirania. Assim, a tirania tem, neste período, uma característica comum, geralmente o tirano é derrubado pela aristocracia e pouco depois se estabelece um regime democrático, sendo a tirania um regime transitório que conduz geralmente a democracia. (AMADEU/VENTURA 1997)

No século VI a.C., o pensamento grego ordenou-se por ideais fundamentais de busca da ordem e da justiça, que juntas levam aos conceitos de igualdade perante a lei, responsabilidade dos magistrados[32] pelos atos realizados no exercício de seus cargos e também a noção de soberania da lei. Sobre o conceito de lei, cumpre destacar que os atenienses diferenciavam as leis que eram imutáveis das resoluções da eclésia que, até certo ponto, poderiam ser modificadas[33].

Com o surgimento do conceito de cidadão, como possibilidade ativa de participação na política em igualdades de condição com os demais, completou-se o quadro de conceitos fundamentais que deram origem e sustentaram a democracia ateniense[34].

Esta forma de governo popular experimentada por Atenas tinha um alto grau de envolvimento do cidadão comum nas instituições do Estado, e tal envolvimento se materializava pelos instrumentos já estudados da eclésia, boulé e heliaia.

Desde o século VII a.C., os atenienses elegiam arcontes para trabalhar como oficiais do Estado, e que antes de Sólon, detinham grande poder sobre a vida dos cidadãos e que dificilmente um cidadão ordinário conseguia ingressar nessa função. Com as mudanças realizadas por Sólon, e as reformas de Clístenes, a Atenas democrática, deixou de ter oficiais com tamanhos poderes, e além da eclésia, boulé e heliaia, o Estado passou a ter oficiais eleitos pelo povo, mas com poderes limitados pelo próprio povo, cujo corpo principal era composto de dez estrategas, líderes militares, e nove arcontes, que ajudavam na administração geral da polis.

Diante do já exposto, pode-se estabelecer uma lista de fundamentos imponderáveis do legado ateniense: a responsabilidade do homem público perante a lei; as limitações temporais do exercício do poder político; a participação ativa e direta dos cidadãos no processo decisório políticos (soberania popular); a obediência cívica à lei estatuída; a prevalência do diálogo público e racional sobre a violência repressiva e a vigilância da ação governamental por parte do povo. (CEBALLOS GARIBAY 1995)

Com a decadência de Atenas, resultado dos conflitos entre as cidades-Estado e, sobre tudo, devido à guerra civil contra Esparta, uma avalanche de críticas recaíram sobre o sistema democrático[35].

Dentre os críticos, nada mais nada menos que Platão e Aristóteles, que em suas célebres obras, principalmente, *A República* e *A Política*, trataram a democracia como uma das formas más e corruptas de governar.

Platão em seu diálogo intitulado *Político*, diz que entre todos os bons governos, tais como a oligarquia perfeita e os outros, a democracia é o pior, mas é o melhor entre os maus. Aristóteles, por sua vez, chega a mesma conclusão de Platão, porém expõe de um ponto de vista pior, afirmando que esses governos como a democracia são completamente viciados, não sendo correto dizer que tal oligarquia é melhor que outra, deve-se dizer que ela é menos má.

Para os grandes filósofos da antiguidade, quase todos membros da aristocracia, o resultado evidente da democracia era, uma vez concluído o esplendor político e cultural de Atenas, o reino exclusivo dos demagogos, das oportunidades carentes de princípios morais e de libertinagem como padrão de conduta sem respeito frente da autoridade.

Platão ao criticar a democracia propõe um sistema de governo onde os governantes são filósofos, e em seus diálogos indaga Sócrates a respeito desta proposta, e este por sua vez, de maneira sutil e indireta, por meio de uma metáfora contesta tanto a democracia quanto indica a ausência de plausibilidade de um governo de filósofos.

Na metáfora, Sócrates pede que imagina-se um navio, cujo dono é fisicamente forte, mas tem deficiência auditiva e visual, e que sabe pouco ou nada sobre navegação. Diversos marujos a bordo do navio – igualmente deficientes na arte da navegação e, na verdade, crendo não ser necessária habilidade especial para navegar bem – querendo controlar o leme, e cada um deles tenta a todo custo convencer o proprietário do navio a atribuir-lhe essa responsabilidade. Esse homens disputam o poder, e tentam até mesmo drogar o proprietário a fim de assumir o controle sem o seu consentimento. Além disso, eles consideram quem quer que assuma o controle do navio, seja por persuasão ou pelo uso da força, como um verdadeiro navegador e capitão; em outras palavras, pensam que é a capacidade de obter o poder, mais que qualquer habilidade de navegação, o que garante tais honras. Eles também repudiam qualquer um que seja realmente capaz de conduzir bem o navio, mas que se recuse a se envolver nessas disputas por poder.

A metáfora parece se aplicar a um sistema democrático de governo, como o de Atenas antiga. A Massa de marujos são aqueles que governam as cidades atuais, e o ignorante dono do navio, autorizado a selecionar qual deles governará, é o público em geral, que escolhe suas autoridades, porém, carece de conhecimento sobre como a cidade deve ser gerida. Os esforços dos marujos para persuadir o dono do navio a pô-los no comando representam os embates dos demagogos, que, apesar de sua ignorância sobre a arte de

governar, brigam por poder e procuram iludir o público numa democracia, persuadindo-o a conceder-lhes um mandato. Como os marujos, as habilidades e os interesses desses políticos giram em torno de obter o poder no sistema vigente e, na verdade, eles negam que governar seja mais que a habilidade de obter uma posição por meio de bajulação ou iludindo o eleitorado. De modo correspondente, a pessoa que realmente sabe o que é bom para o Estado, que na opinião de Sócrates é o filósofo, é como o capitão na metáfora, repudiado como um mero teórico. Assim, a metáfora serve a dois propósitos. Ela apresenta uma forte crítica a democracia, sustentado que o sistema nega à cidade um governo gerido por aqueles que são apropriados para a tarefa, em lugar de promover políticos de carreira ignorantes e egoístas. E, por outro lado, ela também explica porque os filósofos não são tidos em alta consideração no sistema vigente. (PURSHOUSE 2010)

Em Platão, a principal razão para limitar a liberdade é sua falta de fé na maioria dos cidadãos. Ele acredita que eles são incapazes de fazer julgamentos racionais sensatos sobre como conduzir suas vidas e, por conseguinte, devem se submeter-se às regras estabelecidas pelos sábios guardiões (filósofos). No entanto, mesmo que algumas pessoas façam julgamentos errados, geralmente se considera que é melhor que sejam livres para fazer escolhas erras do que serem forçadas a fazer aquilo que é de seu “melhor interesse”, o que negaria sua autonomia, talvez o mais importante valor liberal. (PURSHOUSE 2010)

Segundo Aristóteles, é possível que hajam vários tipos de democracia. A primeira espécie é aquela que tem a igualdade por fundamento, isto é, ricos e pobres não tem privilégios políticos, que tanto uns como outros não são soberanos de um modo exclusivo, e sim que todos o são exatamente na mesma proporção. Nesta linha, o característico essencial deste tipo de democracia é mais do que liberdade e igualdade, é a opinião da maioria que faz a autoridade. A condição de que as magistraturas sejam dadas segundo um censo determinado, contanto que pequeno, constitui uma outra espécie, mas é necessário que aquele que chega ao censo exigido tenha uma parte nas funções públicas, e delas seja excluído quando cessa de possuir o censo. Uma terceira espécie admite às magistraturas todos os cidadãos incorruptíveis, mas, é a lei que manda. Em uma outra espécie, todo habitante, contanto que seja cidadão, é declarado apto a gerir as magistraturas, e a soberania é firmada na lei. Finalmente existe ainda uma quinta, na qual as mesmas condições são mantidas, mas a soberania é transportada da lei para a multidão.

Assim, Aristóteles conclui que, nos governos democráticos onde a lei é senhora, não há demagogos, são os cidadãos mais dignos que têm precedência. Mas, uma vez perdida a

soberania da lei, surge uma multidão de demagogos, e o povo se transforma numa espécie de monarca de mil cabeças, ou seja, é soberano, não individualmente, mas em corpo.

Analisando os escritos de Aristóteles e Platão, percebe-se que eles inspiraram-se no contexto que viveram, um período onde os demagogos efetivamente se expandiram por toda Grécia, em especial em Atenas. Isso corrobora a afirmação de que as posições a favor da democracia de autores como Péricles e Isócrates, assim como as fortes críticas a ela por parte de Platão e de Aristóteles devem enquadrar-se no período específico que cada um deles viveu e o papel que estas personalidades desempenharam nos conflitos sociais e políticos de seu tempo. (CEBALLOS GARYBAY 1995)

Em que pesem as críticas, a democracia ateniense baseada na participação popular direta e efetiva nos assuntos públicos, era um sistema de governo estável, existente, de uma forma ou de outra, por quase duzentos anos. O derradeiro fim deste Estado democrático não foi precipitado por forças ou descontentamentos internos à própria cidade, mas sim pela guerra contra Esparta pela hegemonia no império grego, que culminou em sua derrota e, conseqüente invasão espartana.

6. Conclusão

Atualmente muitas são as definições para democracia, haja vista suas adaptações e complexidade de formas, no entanto, em Atenas da antiguidade, pode-se claramente defini-la como o próprio Péricles o fez: o governo democrático é aquele cuja administração do Estado não pertence a um ou poucos, mas sim a muitos, que tem como princípios fundamentais a igualdade perante a lei e a liberdade de opinião, onde a participação nos negócios públicos está aberta a todos, e quem se desinteressa da condução do Estado passa a ser mal visto, pois tem-se plena confiança na deliberação.

Diante de todo o estudo realizado e exposto, não há como refutar o pensamento de que o ápice de desenvolvimento político e social da humanidade ocorreu em Atenas a partir de Sólon, Clístenes e na era de ouro conduzida por Péricles, a pelo menos dois mil e quinhentos anos atrás.

Vive-se, como dito na introdução, um tendência mundial de busca pela garantia das liberdades individuais e da participação popular nos assuntos públicos.

Deste modo, a certeza que fica é que deve-se se inspirar na Atenas da antiguidade para entender e corrigir as distorções dos regimes atuais, incluindo as democracias, que muitas das vezes servem como fachadas para governos opressores e tiranos, ou representam a

tiranía da maioria, que também é muito comum e fácil de acontecer, como brilhantemente explicam e alertam Platão e Aristóteles, porém, que nada tem haver com os ideais e princípios imponderáveis do legado ateniense.

7. Referências bibliográficas

AMADEO, Juan R. Llerena. VENTURA, Eduardo. **El Orden Política**. Buenos Aires: A-Z editora S.A., 1997

ARENDDT, Hannah. **Was ist Politik?**. Munchen: R. Piper GmbH & Co. (tr. Port.: **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002)

ARISTÓTELES. **Πολιτικά** (tr. Port.: **A política / Aristóteles**. São Paulo: Edipro, 2009)

BARROS, Gilda N.M. **Sólón de Atenas – A cidade antiga**. São Paulo: Humanitas, 1999.

BIRD, Colin. **An Introduction to Political Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press (tr. Port.: **Introdução à filosofia política**. São Paulo: Madras, 2011)

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democrazia**. Milão: Franco Angeli Libri (tr. Esp.: **Liberalismo y democracia**. México: FCE, 1989)

CASTAÑO, Sergio Raúl. **Defensa de la política**. Buenos Aires: Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma, 2003.

DANNEMANN, Fernando. **Solon de Atenas**. Disponível em: <http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br/visualizar.php?id=1135080>

FERRAJOLI, Luigi. **Poderes salvajes. La crisis de la democracia constitucional**. Madri: Editora Trotta, 2011.

GARIBAY, Héctor Ceballos. **Poder y Democracia alternaitva**. Coyoacán: Ediciones Coyoacán S.A., 1995.

GLÜCK, Alejandro Ezequiel. **Manual del Derecho Político**. Buenos Aires: El Escriba, 2006.

MAIA, Carlos Augusto Menezes. **O individual e o coletivo na poesia de Sólon**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

MARTINOTTI, Héctor J. **Teoria Política**. Buenos Aires: Editorial Struhart & Cía, 2009.

PAPARRIGOPOULOS, Constantine. **History of the Greek nation**. Volume I. Biography of Constantine Paparrigopoulos by Pavlos Karolidis. Grécia: Eleftheroudakis, 1925.

POPPER, Karl Raimund. ECCLES, John C. **O Eu e seu cérebro**. Brasília: Ed. UNB, 1995.

PURSHOUSE, Luke. **A república de Platão**. São Paulo: Paulus, 2010.

RAJLAN, Beatriz. CAMPIONE, Daniel. **Estado, Política e Ideologia**. Buenos Aires: Editorial Estudio S.A., 2006.

[1] Considera-se que Atenas teve seu apogeu no Século V, o chamado “Século de Péricles”.

[2] Informação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD de 2003, disponível no site: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI658865-EI294,00Democracia+avancou+no+mundo+desde+afirma+Pnud.html>

[3] Classificam-se como indo-europeus o conjunto de povos que mantinham uma certa unidade linguística e religiosa, mas, que não formavam uma raça ou império. Por volta do século III a.C. essa frágil unidade, mal alicerçada num aglomerado de povos, rompeu-se, iniciando-se uma série de migrações. Assim, parte destes povos, Aqueos, Eólios, Jônios e Dórios chegaram ao território Grego.

[4] Grupos familiares oriundos de um mesmo descendente se uniram em torno de uma comunidade. Nesse tipo de organização social, chamado de comunidade gentílica ou genos, a família se mobilizava em torno da exploração extensiva das atividades agrícolas. Cada comunidade contava com um pater, patriarca da família incumbido de tratar das questões religiosas, judiciárias e administrativas.

[5] 638 – 558 a.C.

[6] 570 – 505 a.C.

[7] Os *eupátridas* eram aqueles considerados *bem nascidos* (eu = Bom, pátrida = parido), ou seja, filhos da elite. Formavam a aristocracia governante da pólis. Eram os proprietários de terras e escravos.

[8] Sólon de Atenas expressa em sua poesia que a ambição desmedida por riquezas ilicitamente adquiridas é como um verdadeira doença: *“essa ferida inevitável já atinge toda a pólis, e rapidamente conduz à perversa escravidão, que desperta a ira e a guerra adormecida, a qual põe termo à agradável juventude de muitos; (Fragmento 4 W, v. 17-20)”*

[9] Muitos acreditam que as reformas de Sólon marcaram o início da democracia ateniense, porém, sobre isso não há um consenso, haja vista que muitos historiadores acreditam que o pai da democracia tenha sido Clístenes muitos anos depois, como se verá mais adiante neste trabalho.

[10] O povo poderia participar das sessões da Eclésia e incluir debates e fazer-se ouvir por todos os cidadãos.

[11] Como já mencionado, não há um consenso entre os historiadores sobre em que momento surge a democracia e quem seria seu criador, porém, é unânime que tanto Sólon quanto Clístenes são grandes responsáveis pela materialização da primeira e mais importante democracia do mundo.

[12] Destaca-se que as ações de Clístenes proporcionaram um aumento significativo no número de cidadãos.

[13] 490 – 429 a.C.

[14] Arconte que detinha o mando do exército, da política exterior e era administrador em paralelo das finanças públicas da cidade.

[15] Historiador ateniense que viveu entre os anos de 460 – 401 a.C., e que tinha um método de escrever diferentes dos poetas, como Herodoto, por exemplo, pois em seus textos não havia o misticismo característicos dos escritos daquela época. Em Tucídides encontrava-se a narração pura do que se passava em Atenas, como em seus escritos sobre a história da Guerra do Peloponeso (431 – 404 a.C.).

[16] Para muitos, em especial o principal opositor de Péricles, Címon, a democracia ateniense já havia encontrado seu ápice, e as propostas de Péricles e do partido democrático levariam ao populismo e, a conseqüente decadência de Atenas. O historiador grego Constantine Paparrigopoulos afirma que a história confirma o posicionamento de Címon, uma vez que, após a morte de Péricles, Atenas afundou num abismo da demagogia e do caos político, e uma

regressão sem precedentes teria abatido a cidade, cuja glória acabou por perecer, como resultado das políticas populistas de Péricles. Ainda para alguns historiadores a democracia radical foi benéfica para as pessoas individualmente, pelo menos algumas delas, porém foi prejudicial ao Estado como um todo.

[17] Efialtes morre assassinado, e alguns historiadores atribuem a sua morte aos aristocratas que não aceitavam sua iniciativa de mitigação dos poderes do Areópago.

[18] Muitos historiadores atribuem a Péricles e seu *Decreto Megaro* a causa do fim da paz dos trinta anos, e início da Guerra que marcou o fim do império grego.

[19] Deusa da terra cultivada, das colheitas e das estações do ano.

[20] O mesmo que tomar uma coisa por outra, trocar exigências.

[21] Para muitos historiadores, como Athanasios G. Platias, professor de estudos estratégicos na Universidade do Pireu e Constantinos Koliopoulos, professor de política internacional na Universidade Panteion, de Atenas, no lugar de submeter-se a exigências coercitivas, Péricles optou pela guerra. Por outro lado, outra consideração que pode ter influenciado a posição de Péricles foi a sua preocupação de que poderiam eclodir revoltas por todo o império se Atenas se mostrasse fraca.

[22] Não existe qualquer registro definitivo sobre como exatamente Péricles teria conseguido convencer os residentes da Ática a se mudar para as áreas urbanas superlotadas. Na maior parte dos casos, a mudança envolveria abandonar suas terras e seus santuários ancestrais, e uma alteração radical do estilo de vida da população rural. Por este motivo uma boa parte desta população, embora tenha consentido em se mudar, encontrava-se descontente com esta decisão.

[23] Epidemia que se originou na Etiópia, alcançando o porto de Pireu em 430 a.C. e rapidamente espalhou-se pela população de Atenas, que durante o cerco espartano, estava confinada em péssimas condições atrás das muralhas.

[24] Com estes comentários amargos, Tucídides não só lamenta a perda de um homem que ele admirava, mas também alardeia o apagar da glória e da grandiosidade únicas de Atenas.

[25] É importante destacar que, como se verá mais adiante, em especial no capítulo destinado a democracia ateniense, o significado da palavra povo não tinha em Atenas a mesma conotação que tem nos dias atuais, pois em Atenas do povo excluía-se as mulheres, os escravos, menores de 18 (dezoito) anos e estrangeiros, que representavam a grande maioria do total de habitantes da cidade, restando apenas 10% (dez por cento) do total com direitos e deveres políticos de um cidadão.

[26] Recinto da eclesia, o Pnyx surge assentado na declividade voltada para a cidade de uma colina a sudoeste da cidade, como um recorte semicircular com cerca de 50m de diâmetro, a céu aberto. Próximo ao final do séc. V a.C., esta construção é substituída por outra de mesmo formato básico e mesma localização, porém com outra orientação, como se o recinto tivesse girado sobre si mesmo 180° (cento e oitenta graus).

[27] Aristófanes (447 a.C. - c. 385 a.C.) foi um dramaturgo grego. É considerado o maior representante da Comédia Antiga. Nasceu em Atenas e, embora sua vida seja pouco conhecida, sua obra permite deduzir que teve uma formação requintada. Aristófanes viveu toda a sua juventude sob o esplendor do Século de Péricles. Aristófanes foi testemunha também do início do fim daquela grande Atenas. Ele viu o início da Guerra do Peloponeso, que arruinou a Hélade. Ele, da mesma forma, viu de perto o papel nocivo dos demagogos na destruição econômica, militar e cultural de sua cidade-estado. À sua volta, à volta da acrópole de Atenas, florescia a sofística -a arte da persuasão-, que subvertia os conceitos religiosos, políticos, sociais e culturais da sua civilização.

[28] A *graphè para nomon* (grego: γραφή παρά νόμων) de *graphè* (grego: γραφή) era a condução de uma ação na justiça pública em oposição à *dice* (grego: δίκη), uma ação na justiça privada. A *graphè para nomon* era, literalmente, uma ação pública, interposta perante a justiça, especificamente destinada a defender as leis. Traduzia-se na possibilidade oferecida a todos os cidadãos de solicitar a ab-rogação de um decreto ou de uma lei, no momento de sua proposição e durante o ano que se seguia à sua adoção, caso se demonstrasse que as leis fundamentais da cidade eram infringidas ou postas em perigo por aquele diploma. O autor, mas também o *epístata* que presidia à Assembleia no dia da votação, podia ser perseguido judicialmente e condenado a graves sanções. Este procedimento judicial começava na Pnyx, mas o julgamento era feito pelos helíastas. O procedimento de *graphè para nomon* tinha como objetivo proteger a democracia dos excessos da maioria soberana, um sistema de regulação particularmente inovador e pioneiro. A *eisangelia* (grego: ἡ εἰσαγγελία, literalmente *o anúncio*) era a denúncia pública de um cidadão ou de um magistrado, feita perante a eclésia, no qual era acusado de uma ação política ou de um delito que feria os interesses da cidade, como casos de corrupção ou de fomento ou participação numa conspiração. Se, pelo seu voto, a eclésia decidisse seguir com uma acusação, o processo era submetido à boulé, para definição precisa do delito e para propor a sanção. A eclésia decidia então julgar ela mesma o assunto, produzindo alegações dirigidos ao povo, ou, em alternativa, levar o assunto à Tribunal de Heliaia, caso em que as alegações eram dirigidas aos juízes

[29] A forma de administrar a justiça de um modo geral, principalmente com a composição diária de cada sessão, ao azar de cada manhã, foi constantemente criticada, pois acusados e demandantes tinham que defender seus direitos sem assistência letrada e sem discussão prévia.

[30] Logógrafo era aquele que fazia discursos perante os tribunais de Atenas no Período Clássico (de 480 a.C. - 338 a.C.). Detinham um conhecimento sobre os temas jurídicos, normalmente eram desconhecidos e não cobrava honorários.

[31] Novamente se ressalta que a palavra povo naquela época não tem a mesma conotação dos dias atuais.

[32] O mesmo que arconte.

[33] A modificação só era possível pela própria eclesia.

[34] Cumpre destacar, para se ter uma ideia mais coerente da democracia ateniense, que os cidadãos são sempre uma minoria dentro do total da população da polis, alcançando no máximo a quinta parte do todo.

[35] A Guerra do Peloponeso, que era exatamente a disputa entre Atenas e Esparta pela hegemonia grega, desfez a única via possível para unificação política do mundo grego, e também marcou o fim da ascensão deste império.